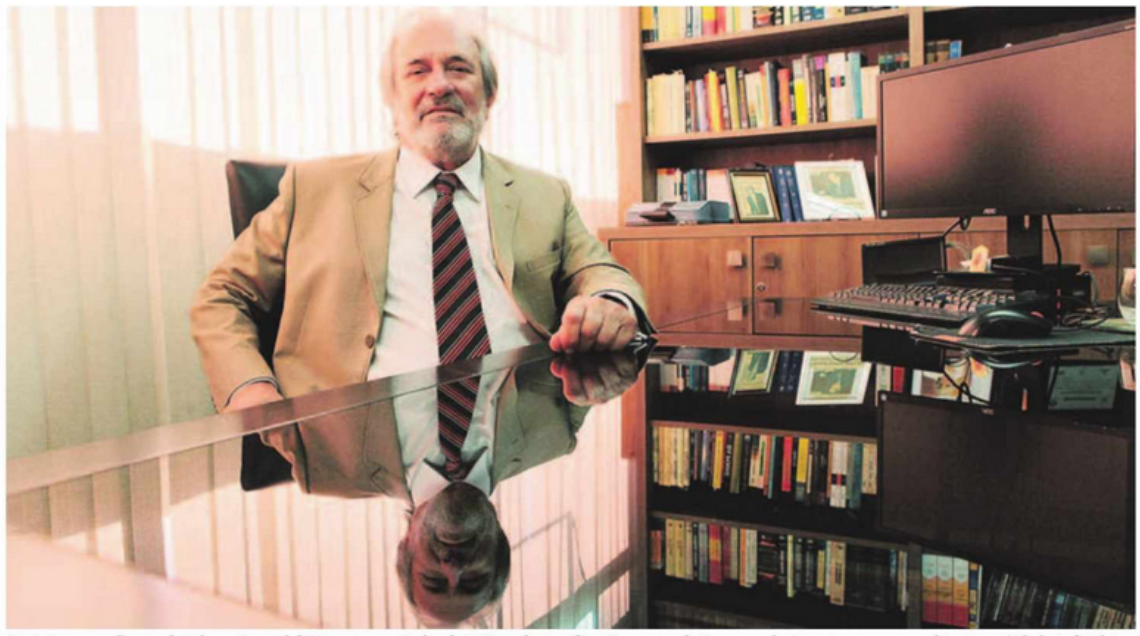
CORREIO POPULAR
Publicado em 07/05/2023 - 05:53

Estrutura da Justiça em Campinas será reforçada com quatro novas varas

Ronnie Romanini
ronnie.filho@rac.com.br



O juiz Torrano, diretor do Fórum Central de Campinas e titular da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de Campinas, em seu gabinete na Cidade Judiciária

ENTREVISTA

Torrano anuncia quatro novas varas em Campinas

Diretor do Fórum traz a novidade com exclusividade ao **Correio Popular**

Nascido em Olímpia, mas com a origem familiar e residência em Orindiúva nos primeiros momentos da vida, o juiz Luiz Antônio Alves Torrano encontrou ainda na escola, em Catanduva, a sua vocação na língua portuguesa - atualmente é membro vitalício da Academia Campinense de Letras - e no Direito, que foi a profissão em que Torrano estabilizou a sua carreira até chegar aos dias de hoje, como juiz de Direito diretor do Fórum Central da Comarca de Campinas e titular da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de Campinas.

As inspirações para as duas áreas de conhecimento foram professores importantes no seu desenvolvimento. Ainda jovem, Torrano considerava que se especializar em língua portuguesa e nas leis era um bom caminho para avançar na vida. A formação acadêmica o levou a ser professor nas duas áreas e depois passar por mais algumas cidades do interior paulista, como Miguelópolis, Amparo e Itatiba, atuando na área jurídica, antes de retornar à Campinas, onde estudou e deu aulas, como juiz titular em 1999.

Em visita ao **Correio Popular**, convidado pelo presidente-executivo, Ítalo Hamilton Barioni, Torrano anunciou a instalação de quatro novas varas e de quatro Unidades de Processamento Judicial (UPJ). Ainda, amanhã, na segunda-feira, todas as varas terão balcão virtual, não sendo mais necessária a presença física do advogado, que ainda terá essa opção.

O juiz também dissertou sobre alguns assuntos pertinentes à sua profissão e falou sobre o flerte constante com um dia ocupar algum cargo na diretoria da Ponte Preta, clube de coração. Acompanhe a seguir os principais momentos da conversa.

Conte-nos um pouco sobre sua trajetória. Qual é a sua cidade de origem?

Os meus pais moravam em Orindiúva, em São Paulo, às margens do caudaloso Rio Grande, divisa de Minas (Gerais). É uma cidade pequena. Na época tinha 500 habitantes na cidade, 500 na zona rural. A minha mãe foi à Maternidade de Olímpia, então nasci olimpiense, mas morávamos em Orindiúva. Moramos lá até 1960. O meu irmão tinha passado para o quarto ano do grupo escolar e meus pais mudaram para Catanduva, onde terminei o grupo, que hoje é o Fundamental I. Fiz o Fundamental II, que era o Ginásio, o Colegial, hoje Ensino Médio, curso clássico. E fiz a Faculdade de Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva.

A língua portuguesa era uma aspiração ou foi uma oportunidade que se apresentou?

Foi uma oportunidade e eu explico. No colegial, no curso clássico, tinha uma professora de português que se chamava Maria José D'Orange. Como todo bom professor de português, ela sabia as regras de cor. Eu tinha 17 anos, adolescente, naquela insegurança, que eu acho que é normal para todo adolescente. E eu pensei: quando eu crescer, se eu souber a língua portuguesa assim como essa professora, acho que vou me dar bem na vida. Não terei maiores problemas, né. E tinha um professor de Sociologia no clássico, que era advogado em Catanduva, chamado Vicente Celso Quaglia. No meu modesto entendimento da época, ele era o melhor advogado de Catanduva. Nós descobrimos que ele era advogado, então cada um tinha um caso, ou, como dizem, um causo. "Professor, teve uma batida de carro e foi assim..." e ele gostava. Então, em vez de dar aula de Sociologia, digamos que ele dava aula de noções do Direito. E eu pensava: se eu souber português e as leis, como esse daí, aí que ninguém me pega mesmo.

E aí você foi fazer Letras primeiro?

Foi. O meu irmão já tinha ido para São Paulo fazer letras na USP, o meu pai já tinha falecido. Ficou eu e minha mãe, viúva, professora primária, uma certa dificuldade financeira na época. Então decidi fazer Letras porque já sairia formado, com profissão, mas eu já tinha a ideia de fazer português e Direito. Quando terminei o curso, eu vi que eu não saía da vala comum, era mais um. Então, decidi fazer mestrado. Eu tive a ajuda de um professor chamado Edgar Antunes que me orientou a estudar algumas coisas. Esse professor levou na Semana de Letras da faculdade o professor Antônio Suarez Abreu, o Tom, para uma conferência. E aí decidi fazer em Campinas com o professor Tom porque eu gostei da conferência dele, aí eu e minha mãe nos mudamos para Campinas para eu fazer mestrado em Língua Portuguesa na PUC.

E quando você vira professor e entra na faculdade de Direito?

No segundo semestre de 75 eu prestei um concurso, um exame, no Objetivo, em São Paulo. Dei aula lá em 75 e 76, que foi o ano em que comecei a dar aulas de Língua Portuguesa na PUC. Em 77 eu deixei o Objetivo e comecei a dar aula no Imaculada e, concomitantemente, no Liceu Salesiano. Eu dava aulas nos três, mas a PUC aumentou as minhas aulas e eu deixei o Imaculada. Foi em 82 que comecei a fazer Direito na PUC, me formei em 86. Comecei a dar aula na PUC de Direito Civil depois de formado. 87 eu colei grau, 88 estudei e 89 entrei na magistratura, aí deixei as aulas na PUC de Português e fiquei apenas com Direito Civil. Fiz o mestrado em Direito Civil na Unesp, depois outro na PUC-SP e depois doutorado na PUC-SP. Recentemente, fiz pós-doutorado na Unesp, um misto de língua portuguesa e sublinguagem forense.

Alessandro Torres



O juiz Luiz Antônio Alves Torrano visita a sede do *Correio Popular*

Qual foi a primeira cidade em que você assumiu um Fórum?

Eu poderia ter vindo para o Fórum de Campinas. O pessoal dizia que o Fórum de Campinas era uma panela de pressão, um absurdo, esse era o comentário da época. Eu poderia ter escolhido Campinas, fiquei bem classificado no meu concurso que passaram 32, era ordem de classificação, mas com essa fama que Campinas tinha, e eu sem prática de advocacia, escolhi Amparo. Eu tinha referências de um juiz muito bom, elogiado por todos lá, e pensei que era com ele que eu ia aprender. Fiquei uns seis, sete meses e esse juiz ia aposentar. Ele me disse: "Torrano, você já está bom para ir para Campinas. Eu vou para São Paulo pedir minha aposentadoria e você vai pedir a sua remoção para Campinas". Eu pedi minha remoção como juiz substituto para Campinas. Fiquei aqui e em 90 fui para Miguelópolis. Eu escolhi um pouco longe porque estava cansado de dar aula, e enquanto eu era juiz substituto aqui na região eu continuei. Pensei que precisava descansar um pouco, então fui para lá. E fiz boas amizades. Em fevereiro de 92 eu vim para Itatiba e fiquei até setembro de 99, aí voltei para Campinas, como juiz titular.

Professor, a sociedade é muito dinâmica e se transforma muito rapidamente. A lei nem sempre consegue acompanhar o mesmo ritmo. Como fazer a avaliação de uma demanda levando em conta essas transformações da sociedade e leis que não estão no mesmo patamar de atualização?

Existem duas respostas aí. A primeira é que se fosse para julgar com o rigor da lei, isso quem me falou foi o juiz de Amparo quando fui para lá como substituto, o Tribunal não abriria concurso para juiz de direito, ele abriria licitação para comprar computador. Você colocava as leis e o caso lá. Então tem que ter o filtro do juiz. A segunda é que a sociedade muda e também muda o enfoque da lei. Temos alguns princípios no direito, por exemplo. O da dignidade humana, da isonomia, do contraditório, que não precisam estar escritos. Você tem que seguir também os princípios. Veja bem, o Código Civil diz que casamento se dá entre homem e mulher, mas a Constituição brasileira fala que homem e mulher são iguais em direitos e obrigações, no artigo quinto. Se homem e mulher são iguais, João pode escolher um homem para casar ou uma mulher. Embora a Constituição fale, o Código Civil fale, nós temos a jurisprudência. E vamos pegar a língua portuguesa. A pronúncia clássica é "obéso", "coéso", "iléso", "sub-linhar", "ab-rupto". As coisas foram mudando e hoje admite-se ileso, coeso, abrupto, sublinhar... Antigamente se alguém invadisse o terreno do vizinho, em Direito isso se chama 'esbulho', entravam com ação de reintegração de posse e paulada no esbulhador. No entanto, a coisa foi mudando. Hoje o esbulhador não é chamado nem de invasor, é de ocupante, foi mudando. Hoje o juiz não dá como regra geral liminar. Marca audiência de conciliação para ver se resolve o problema, aciona o serviço social da Prefeitura. Então as coisas vão mudando, a própria vida vai mudando.

> **O pessoal dizia que o Fórum de Campinas era uma panela de pressão. Esse era o comentário da época. Eu poderia ter escolhido Campinas, fiquei bem classificado no meu concurso que passaram 32, era ordem de classificação. Mas com essa fama que Campinas tinha, e eu sem prática de advocacia, escolhi Amparo**

Em relação à conciliação, como ela tem funcionado? Precisa avançar, está funcionando bem?

Funciona bem. Tem pessoas que não conversam entre si, vamos supor, marido e mulher. Então a audiência de conciliação vai chegar e mostrar que é melhor conciliar, pois os dois têm uma casa e um carro, são casados em regime de comunhão parcial de bens, os bens foram comprados durante o casamento... aí é metade de um, metade de outro. Se vai para o juiz ele vai decidir de que forma? Não seria melhor fazermos um acordo? O senhor não tem um dinheirinho e ela fica com o carro? Ou precisa do carro para trabalhar e ela fica com a casa? Conversa e mostra. O que não dá muitas vezes é para o juiz fazer, porque se eu falar para fazer acordo, aí é 50% cada um, vão ficar os dois donos da casa e vão ter que entrar com outra ação de extinção de condomínio.



Copyright © Clipclap 2026.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 4 e 5

Copyright © Clipclap 2026.